

O Brasil, em associação com outros países, seus aliados naturais, deve levar à próxima reunião ministerial do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), em novembro, propostas concretas de criação de uma nova ordem econômica mundial, defendendo em particular a reformulação dos organismos internacionais, criados após a Segunda Guerra Mundial.

Essa afirmação é do economista Edmar Bacha, do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica, para quem esses organismos — além do Gatt, o Fundo Monetário International, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — estão obsoletos face aos desafios da década de 80. Refletem uma estrutura internacional de poder bipolarizada, quando o mundo detém hoje uma estrutura multipolarizada.

Ao economista, "causa espanto a timidez da diplomacia econômica brasileira. Segundo ele, o País não deve ficar apenas com uma postura defensiva contra a agressividade dos Estados Unidos e o protecionismo dos demais países industrializados, dentro do âmbito desses organismos. Deve, pelo contrário, contra-atacar com propostas de reforma do quadro institucional internacional.

FORMAÇÃO DE UM 'LOBBY'

Bacha considera que o Brasil, ao invés de procurar se articular com outros países na defesa de uma nova ordem econômica mundial, cerrou fileiras com um vocabulário "terceirmundista".

Em sua opinião, o País precisa abandonar a postura de apenas expressar descontentamento, pois já tem status suficiente para promover um movimento de criação de um lobby (grupo de pressão) de países que também têm interesse em romper com a hegemonia e europeia nesses organismos internacionais, comerciais e financeiros.

Para o economista, os aliados naturais do País estão divididos em dois grupos. O primeiro deles é os países subdesenvolvidos de renda média, em sua maioria importadores de petróleo: países latino-americanos, como Argentina e México, e alguns países africanos e asiáticos. O segundo grupo são os países industrializados, fora dos grandes blocos de poder, como Canadá, países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Grécia) e Nova Zelândia e Austrália.

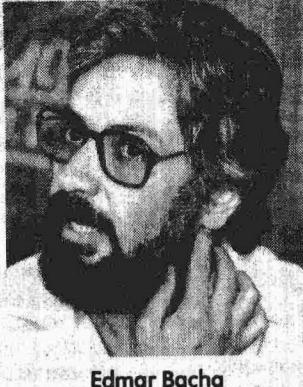
— De nada adianta levar ao Gatt apenas uma posição contrária a dos Estados Unidos e demais países industrializados, alinhados com a política norte-americana. É necessário levar propostas próprias, novas, fortalecidas pelo lobby, proveniente da articulação entre os países também atingidos pela hegemonia americana — afirma Bacha.

FUNCEX, UMA POSIÇÃO PARALELA

O superintendente da Fundação Centro de Estudos Comércio Exterior (Funcex), Roberto Fendt Jr., também considera que é necessário travar-se uma discussão no âmbito do Gatt, em novembro, dos princípios que regem esse organismo e da necessidade de criação de uma nova ordem econômica internacional.

Fendt acha que a pauta de debates, no encontro, deverá ser muito mais filosófica do que sobre aspectos alfandegários propriamente ditos.

Para ele, também existe um certo grau de "obsolescência" em organismo como o Gatt, o FMI, e o Banco Mundial, criados a partir de 1944. O mundo



Edmar Bacha



Roberto Fendt

não mais se divide apenas em países industrializados e países subdesenvolvidos, mas passou a ser constituído por três grandes grupos de países: os industrializados, os países realmente subdesenvolvidos e o bloco de países parcialmente industrializados, mas ainda com setores econômicos em fase de desenvolvimento.

No último bloco, se incluem o Brasil, o México, a Espanha, a Iugoslávia, a Grécia, Cingapura, Taiwan, Hong-Kong. A existência desse tipo de países semidesenvolvidos, segundo o superintendente da Funcex, deveria ser explicitamente levada em consideração em qualquer tomada de decisão quanto à nova ordem econômica mundial.

— São países que ainda necessitam de certo grau de proteção aos seus mercados internos e ao mesmo tempo de terem acesso preferencial ao mercado industrial dos demais países com os quais comerciam.

RECIPROCIDADE X MULTILATERALIDADE

Para o superintendente da Funcex, o Gatt, criado em 1947, teve um papel extremamente importante no desenvolvimento do comércio mundial, a partir desta data, tendo funcionado satisfatoriamente sobretudo no que diz respeito à redução das barreiras alfandegárias nos países desenvolvidos, que passaram a praticar tarifas médias abaixo de dez por cento.

O lado negativo da estrutura do comércio mundial não seria de responsabilidade do Gatt. Os países desenvolvidos, ao reduzirem suas tarifas alfandegárias, ampliaram, no entanto, as barreiras não tarifárias às importações dos demais países que participam do intercâmbio mundial de mercadorias e outros produtos.

Citou como exemplo de barreiras não tarifárias, menos visíveis, os acordos multilaterais, que estabelecem quotas para a importação de produtos têxteis; as restrições "voluntárias" às importações (como as impostas pelos Estados Unidos às importações de automóveis e aço do Japão), quotas para a importação de açúcar e os subsídios dados pela Comunidade Econômica Europeia às exportações de seus produtos agrícolas, que em 1981 chegaram a US\$ 8 bilhões (esses subsídios impedem o crescimento das exportações agrícolas dos países em desenvolvimento).

O superintendente da Funcex explicou ainda que existe no

momento atual uma tendência preocupante por parte dos países desenvolvidos que é a de defesa do conceito de reciprocidade comercial, em substituição "à cláusula de nação mais favorecida", vigente no Gatt.

De acordo com está cláusula, se um determinado país favorece a importação de produtos de outro país, é obrigado a dar o mesmo tratamento preferencial a todos os países signatários do acordo. Não há, portanto, tratamentos preferenciais individualizados mas, sim, multilaterais.

O conceito de reciprocidade, defendido pelos Estados Unidos e países industrializados da Europa é a adoção de acordos comerciais bilaterais, que não seriam estendidos a todos os países participantes do Gatt.

Esse conceito, segundo Fendt Jr., contraria a declaração da reunião ministerial do Gatt em Tóquio (a rodada de Tóquio, a última reunião ministerial do Gatt), segundo a qual os países em desenvolvimento teriam um acesso preferencial aos mercados dos países desenvolvidos, e, por isso, tem a oposição do Governo brasileiro.

O Brasil, explicou Fendt Jr., acha necessário manter o tratamento preferencial para os países em desenvolvimento e o conceito de multilateralidade.

UM NOVO FÓRUM DE DECISÕES

Tanto Edmar Bacha como Roberto Fendt consideram que não é possível continuar com discussões estanques a respeito dos problemas internacionais comerciais e financeiros.

De acordo com Bacha, é necessária a criação de um novo fórum de decisões, que une esses dois aspectos dos problemas que vêm sendo enfrentados pelos países de renda média e subdesenvolvidos, porque são faces de uma mesma moeda.

— As questões comerciais e financeiras precisam ser integradas. Não existe hoje um organismo em que o Brasil possa dar conteúdo prático à fala do presidente Figueiredo na Organização das Nações Unidas (ONU). Ou seja, não existe um organismo internacional onde o Brasil possa acionar os Estados Unidos por ter criado uma situação econômica mundial extremamente desfavorável para os países com déficit nos balanços de pagamentos — afirmou.

Bacha acha que deveria haver um fórum internacional onde o Brasil declarasse, por exemplo, que por causa da política econômica americana, que elevou os juros internacionais e exportou recessão para o mundo, em represália, tem o direito de solicitar moratória legal.

Fendt também considera que as questões financeiras e comerciais precisam ser integradas, mas não acha que a solução esteja na criação de um novo organismo internacional.

— Já temos organismos de mais — disse.

Para o superintendente da Funcex, um exemplo de que os problemas comerciais são também financeiros é a necessidade de financiamento para as exportações e importações, sobretudo nas trocas entre os países em desenvolvimento ou semidesenvolvidos.

Sem financiamento não há exportação ou importação para esses países, logo as trocas comerciais são atingidas pela retração do crédito no mercado financeiro internacional.

Em sua opinião, é preciso uma nova percepção quanto a esses problemas, e a reunião do Gatt, em novembro, é o fórum apropriado para chegar-se a esta nova percepção.